

AS MEMÓRIAS DAS PRESAS POLÍTICAS DA TORRE EM UMA DIMENSÃO PÚBLICA**THE MEMORIES OF POLITICAL PRISONERS OF THE TOWER IN A PUBLIC DIMENSION**

DOI 10.5281/zenodo.15118136

Cleonice Elias da Silva¹

Resumo: Este texto diz respeito a uma resenha do livro *A Torre: O cotidiano de mulheres encarceradas pela ditadura*, de autoria da jornalista Luiza Villaméa. Ele resulta de uma longa pesquisa de dez anos, que reúne entrevistas e a análise de documentos de diferentes arquivos. Ele preenche uma lacuna nos estudos uma vez que evidencia as experiências das mulheres encarceradas, por mais que exista um campo diversificado de obras acadêmicas e editoriais que trazem à nota aspectos da militância das mulheres nas organizações das esquerdas durante a ditadura civil-militar no Brasil, a obra contribui para que as vivências nos cárceres das presas políticas não fiquem reclusas apenas às suas memórias individuais e familiares, e assumam uma dimensão pública.

Palavras-chave: A Torre. Presas Políticas. Experiências

Abstract: This text concerns a review of the book *The Tower: The daily lives of women imprisoned by the dictatorship*, written by journalist Luiza Villaméa. It is this result of ten years of research, which brings together interviews and the analysis of documents from different archives. It fills a gap in studies as it highlights the experiences of incarcerated women, even though there is a diverse academic field and editorial works that highlight aspect of women's militancy in left-wing organizations during the civil-military dictatorship in Brazil, the work contributes so that experiences in prison of political prisoners are not confined solely to their individual and family memories, and take on a public dimension.

Palabras clave: The Tower. Women Political Prisoners. Experiences

As experiências e histórias das presas políticas que estiveram encarceradas no Presídio Tiradentes, localizado na cidade de São Paulo, durante a ditadura civil-militar, foram apresentadas no filme da cineasta Susanna Lira, *Torre das Donzelas*, que estreou

¹ Professora no Departamento de Humanidades da Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade Divinópolis. Pesquisadora de pós-doutorado no Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos da USP (DIVERSITAS-USP). E-mail: cleoelias28@gmail.com Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-3830-9225>

nos cinemas em 2019. O livro de Luiza Villaméa, *A Torre: O cotidiano de mulheres encarceradas pela ditadura*, também assume esse propósito. Ele é fruto de uma pesquisa de dez anos, na qual a jornalista realizou cem entrevistas e analisou milhares de documentos de arquivos da polícia política, da Justiça Militar e de instituições governamentais, assim como pesquisas em acervos particulares, depoimentos públicos, acervos da imprensa e estudos de referenciais bibliográficos (VILLAMÉA, 2023, p. 11). A obra recebeu o Prêmio Jabuti de 2024 em primeiro lugar na categoria Acadêmica nas áreas de Antropologia, Sociologia, Democracia, Ciência Política, Relações Internacionais, e o 46º Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, na categoria livro-reportagem.

A autora parte da constatação que, apesar de uma quantidade considerável de estudos e publicações no mercado editorial sobre a atuação das mulheres nas organizações que atuaram nas frentes de resistência à ditadura civil-militar, é perceptível a lacuna tratando-se das experiências que vivenciaram nos espaços de encarceramento². No decorrer de dez anos, entre 1969 e 1979, as penitenciárias que receberam presas políticas têm registros que demonstram que uma média de vinte mulheres envolvidas com as organizações das esquerdas passaram por elas, em diferentes períodos, em cidades como Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Juiz de Fora e Porto Alegre (VILLAMÉA, 2023, p. 10).

Na Torre centenária, pelo menos 132 mulheres estiveram encarceradas a partir de maio do ano de 1969, entre elas, algumas permaneceram por mais de três anos. Oriundas de diferentes organizações e de diferentes pertencimentos sociais, as idades dessas mulheres estavam em torno dos 18 e 55 anos. A referida Torre, juntamente com os outros espaços do presídio, foi demolida em maio de 1973, para possibilitar o andamento das obras da linha norte-sul (VILLAMÉA, 2023, p. 11). Assim como Lira que

² Maria Amélia (Amelinha) de Almeida Teles em seu livro, *Contos da Cela Três: Memórias de uma presa política*, publicado pelas editoras Ema Livros e Editora Timo em 2024, narra o seu cotidiano na prisão comunicando a nós leitoras e leitores uma experiência traumática a partir de uma linguagem que tem nuances irônicas, tal como evidencia Villaméa.

reconstrói alguns aspectos dos espaços da Torre em seu filme, a construção do texto de Villaméa possibilita que façamos uma projeção das características dos espaços arquitetônicos do presídio, os detalhes de sua narrativa cumprem o papel de nos aproximar da experiência do encarceramento em um contexto histórico de perseguições políticas e graves violações de Direitos Humanos.

Ele está estruturado em cinco capítulos e um epílogo. Neles o cotidiano e as experiências das presas políticas são apresentados, assim como as relações que foram sendo construídas entre elas. O grande mérito do livro é a construção de uma narrativa, a partir das entrevistas e as pesquisas em diferentes arquivos, que reconstrói histórias que partem de uma perspectiva individual e assumem uma dimensão coletiva. Esta marcada pelo convívio dessas mulheres enquanto permaneceram presas.

No primeiro capítulo, *Algemas nos pulsos*, conhecemos as histórias das mulheres que foram as primeiras a serem encarceradas na Torre. Em 1969, a produtora cultural Dulce Maria foi a primeira mulher que foi colocada nessa situação. Mas antes dela, estudantes foram presas em outubro de 1968, por participarem de um congresso estudantil em um sítio na cidade de Ibiúna, no interior de São Paulo. As presas políticas não tiveram uma relação de proximidade com as presas comuns, ou seja, presas correcionais que foram detidas por vadiagem ou prostituição, que não respondiam por processo ou acusação formal, designadas de corrós, depois elas passaram a avisar quando alguém chegava da tortura, cantando “Terrorista, uma música para vocês!” (VILLAMÉA, 2023, p. 48). A construção redonda de dois andares foi nomeada pelos presos políticos da ala masculina de Torre das Donzelas, apesar do carinho que pode ter motivado essa nomeação, nem todas as presas políticas gostaram dela (VILLAMÉA, 2023, p. 15). A experiência da tortura que essas mulheres sofreram antes de chegar à Torre está presente em diferentes momentos do livro, portanto, não há como dissociar a vida de militância política dessas mulheres da violência que sofreram do aparato repressivo. Violência essa que assumiu uma especificidade de gênero, não mencionarei nesta resenha nenhum caso específico, por considerar que todos os relatos

apresentados pela autora em seu livro evidenciam a grande violência promovida pelo Estado ditatorial e a experiência limite que essas mulheres vivenciaram ao serem torturadas. Ao chegarem na Torre, elas estavam isoladas, não corriam mais o risco das sevícias, mas viviam na indignância (VILLAMÉA, 2023, p. 31).

Nela as presas políticas compartilhavam as frutas e os biscoitos trazidos pelas famílias durante as visitas, elas faziam que essas mulheres mantivessem os seus contatos com a civilidade. Ao passo que conseguiram conquistar a confiança das carcereiras, a porta da cela passou a ficar aberta durante o dia. Assim com o transcorrer dos dias, uma rotina começou a ser criada por elas (VILLAMÉA, 2023, p.33-35). Uma rotina de mulheres que apresentavam uma grande discrepância cultural entre elas. Algumas delas aprenderam muito enquanto estiveram presas por meio da relação estabelecida com as outras detidas (VILLAMÉA, 2023, p. 47).

Um coletivo organizava as atividades a serem realizadas pelas presas políticas. Após muitas reivindicações, elas conseguiram que chuveiros elétricos fossem instalados. Elas também conseguiram montar uma cozinha improvisada em um dos espaços da Torre, assim passaram a cozinhar suas refeições.

No segundo capítulo, *Celas abertas*, conhecemos uma pouco sobre as experiências de presas políticas como Therezinha Zerbini e Dilma Rousseff,³ mulheres que têm o seu reconhecimento na História de resistência à ditadura civil-militar. O referido coletivo com a sua atuação contribuiu, aos poucos, com a melhoria das

³ Therezinha Zerbini era casada com o general Euryale de Jesus Zerbini. Ela foi presa em 11 de fevereiro de 1970, por ajudar o Frei Tito, em 1968, a encontrar o sítio em Ibiúna onde foi realizado o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Antes de ser levada ao Presídio Tiradentes, ficou cinco dias na sede da Operação Bandeirantes (Oban) e presenciou as sevícias sofridas por Frei Tito. Depois foi transferida para o Dops, onde ficou uma semana até, por fim, chegar ao presídio mencionado. Ela não foi torturada e ficou seis meses presa. Foi responsável pela fundação e criação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), em 1975, ampliado com a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), em 1978. Dilma Rousseff foi a primeira mulher eleita à Presidência da República no Brasil. A partir de 1967, passou a integrar organizações das esquerdas: Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), Comando de Libertação Nacional (Colina) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Ela ficou presa entre os anos de 1970 a 1972, passando por diferentes prisões em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Em janeiro de 1970, foi presa por agentes do DOI-Codi/SP. Após o julgamento realizado em 1973, foi solta. Contribuiu com a campanha pela Anistia.

condições da prisão. Contudo, de acordo com Dilma Rousseff: “Não era nenhuma conquista. Era um disfarce, conseguido quando se construiu um certo nível de confiança com as carcereiras” (VILLAMÉA, 2023, p. 57). As formas de organização dessas presas expressam as iniciativas políticas que elas encontraram para terem o mínimo de melhoria das suas condições de vida dentro da prisão. É importante mencionar a constatação feita pela autora que apenas uma mulher preta foi presa na Torre, Luzia Flora Leme, de acordo com os critérios da época, a maioria delas era branca. Exceções foram Luzia, a fiadeira Ozenilda Alice Garcia, identificada como parda clara, e a estudante Ana Maria Ramos, como morena. As reflexões sobre a miscigenação e a cor da pele, em uma sociedade marcada pelo mito da democracia racial, não estiveram presentes no cotidiano da Torre, outras recebiam maior atenção (VILLAMÉA, 2023, p. 76).

No capítulo seguinte, *Território (quase) dominado*, sabemos de um momento de esperança compartilhado entre elas com a vitória do socialista Salvador Allende nas eleições à presidência do Chile em setembro de 1970. O clima esperançoso motivou Elza Lobo a homenagear Che Guevara, idealizando um espetáculo sobre ele. Uma coincidência, foi a chegada de um bebê de três meses, chamado Mauro Ernesto, com sua mãe no presídio. Ela era uma jovem de dezenove anos, que aparentava uma origem humilde e a apreensão de estar em uma prisão com uma criança recém-nascida. As filhas e filhos das presas políticas circulavam pelo presídio nos dias de visitas, mas, até então, nenhuma criança havia ficado na cela com sua mãe (VILLAMÉA, 2023, p. 110-111). Posteriormente, o bebê de Linda Tayah também ficou um período com ela no presídio (VILLAMÉA, 2023, p. 208).

As presas políticas continuaram tendo acesso à literatura marxista enquanto estiveram encarceradas na Torre, elas conseguiram lugares que serviram de esconderijos para os livros dentro das celas. Ao estabelecerem a organização de suas rotinas, essas mulheres conseguiram, de alguma forma, subverter alguns aspectos das estruturas impostas pela realidade da prisão para se manterem de alguma forma ativas

no que diz respeito aos seus ideais políticos. Muitos dos livros censurados acabaram entrando no presídio (VILLAMÉA, 2023, p. 113). No Presídio Tiradentes, as presas políticas e os presos políticos passavam a “existir” dentro do sistema (VILLAMÉA, 2023, p. 129), mesmo diante de todas as adversidades imposta pelas condições de estar no cárcere. Entre os rituais que as presas políticas vivenciaram, estava o das despedidas. Elas eram emocionantes. “Entre abraços calorosos, lágrimas abundantes e muitas canções, quem saía costumava deixar um rastro de esperança” nas palavras de Luiza Villaméa (2023, p. 141).

No penúltimo capítulo, *Ecos da derrota*, há relatos das experiências das crianças de Rita Sipahi, que a visitavam no presídio, fica nítido como aquele ambiente causava-lhes um efeito nocivo, por mais que estivessem perto de sua mãe (VILLAMÉA, 2023, p. 158). Entre as atividades realizadas pelas presas políticas, esteve a produção de roupas. Iêda Britto abriu uma loja no andar térreo da Galeria Ouro Fino, na rua Augusta, onde eram vendidas peças produzidas por elas (VILLAMÉA, 2023, p. 161). A psicóloga Lúcia Coelho realizou atendimentos na prisão. A convivência entre as mulheres na Torre era geralmente boa, todavia, as divergências não deixavam de existir, elas surgiram, sobretudo, devido aos aspectos que diferenciavam as atuações e propósitos das organizações das esquerdas que elas pertenciam (VILLAMÉA, 2023, p. 170). Mas, no cotidiano do presídio, os atritos estavam relacionados mais “com vasilha suja e roupa deixada de molho por dias seguidos” (VILLAMÉA, 2023, p. 170). As diferenças ideológicas tinham que ser minimizadas entre elas para garantir uma convivência que contribuísse para atenuar os efeitos arbitrários de uma prisão.

Por fim, no último capítulo, *Construção condenada*, mais uma vez a tortura é um dos assuntos. Nesse caso, a sofrida pelos presos políticos da ala masculina. Algumas presas políticas aderiram à greve de fome em maio de 1972, mas o racha das esquerdas que estavam em Tiradentes não pôde ser evitado (VILLAMÉA, 2023, p. 194). O Carnaval de fevereiro de 1972 não foi vivido da mesma forma pelas vinte seis presas que permaneciam na Torre, nem todas estavam no clima para aproveitar a festividade.

O presídio vivenciava o processo de desocupação. A pedagoga Walderês Nunes Fonseca, de 27 anos, chegou ao presídio no final de 1972. Em seu relato, como o de outras mulheres, estar na Torre era um alívio: “Eu tinha vivido situações terríveis. A Torre era um alívio. Permitia garantir a saúde, a lucidez” (VILLAMÉA, 2023, p. 222). Amelinha Teles também considera um alívio a ida para a Torre. Em suas palavras: “Quando estava no DOI-Codi e no Dops, meu sonho era ir para a Torre” (VILLAMÉA, 2023, p. 228). As mulheres que saíam do presídio deixavam alguns de seus objetos, uma forma de legar algum tipo de materialidade para suas presenças naquele espaço que em breve seria demolido. Da grande construção, após a demolição, restou apenas o portal de pedra que dava acesso ao presídio. E a Torre, desde então, permanece na memória das mulheres que por lá estiveram (VILLAMÉA, 2023, p. 228).

No epílogo, são mencionadas as mortes de duas das presas políticas que não puderem novamente ver o portal de pedra mencionado, tombado como patrimônio histórico em outubro de 1985 e a campanha iniciada em março de 1975 pela advogada Therezinha Zerbini pela Anistia, ela fundou o Movimento Feminino pela Anistia. A diretora de teatro Heleny Guariba, ao saber que havia mais uma ordem de prisão contra ela, foi para o Rio de Janeiro em julho de 1971. Ela foi uma das vítimas da Casa da Morte, um centro clandestino de tortura instalado em Petrópolis, na região serrana do Rio. A única sobrevivente à Casa da Morte foi a dirigente do VPR, Inês Etienne Romeu (VILLAMÉA, 2023, p. 229). A costureira Gerosina Silva Pereira, a Zizinha, em julho de 1971, viajou com a família para o Chile. Após o golpe militar de setembro de 1973 no referido país, ela reencontrou sua família no mesmo ano na cidade de Lund, na Suécia. Zizinha foi presidente do Comitê Brasileiro de Mulheres Democráticas, fundado na cidade sueca. Ela faleceu em 9 de setembro de 1978, devido a um câncer (VILLAMÉA, 2023, p. 230).

O livro de Luiza Villaméa, assim com o filme de Susanna Lira, cumpre um grande papel de resgate histórico do período da ditadura civil-militar, ao evidenciar as experiências e relações construídas pelas presas políticas que estiveram na Torre do

Presídio Tiradentes. São memórias que poderiam estar reclusas às dimensões privadas das famílias e pessoas próximas dessas mulheres, mas o livro e o filme possibilitam que essas memórias assumam uma dimensão pública. Algo importante diante de uma realidade social marcada pelo negacionismo e embates tratando-se das memórias da ditadura civil-militar. São narrativas que, apesar de tratarem de experiências traumáticas, evidenciam de forma sensível a permanência dessas mulheres no presídio, mesmo diante das condições adversas que marcaram essa experiência.

Referências

VILLAMÉA, Luiza. **A Torre**: O cotidiano de mulheres encarceradas pela ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

Recebido em outubro de 2024
Aceito em dezembro de 2024